

O Património Cultural da região de Bragança/Zamora

1. Introdução

O projecto de inventariação do património histórico-cultural do Vale do Douro, aqui iniciado com o projecto de inventariação arquitectónica e documental da província de Zamora e distrito de Bragança, designado por Douro/Duero Virtual, foi coordenado pelo CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade da Universidade do Porto, em cooperação com a Associação de Municípios da Terra Fria do Nordeste Transmontano, em representação do distrito de Bragança, e pela Diputación Provincial de Zamora, em representação da província de Zamora.

O Projecto Douro/Duero Virtual, centro virtual do património histórico-cultural do Vale do Douro, é um projecto transfronteiriço financiado pelo IINTERREG III-A Cooperação Transfronteiriça Portugal – Espanha, subprograma Castela Leão/Norte de Portugal, eixo 2, medida 2.2. Este programa de desenvolvimento sustentado das regiões limítrofes, é da responsabilidade do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, da Direcção-Geral de Desenvolvimento Regional e da Dirección General de Fondos Comunitarios y Financiación Territorial.

O presente projecto pretendeu contribuir para o conhecimento e divulgação do excepcional património histórico e monumental das regiões de Bragança – Zamora, comprovado pelo singular valor artístico e cultural de cidades como Zamora, Bragança, Miranda do Douro, Puebla de Sanabria, Toro, entre outras.

Se o património deste território tem vindo a “gerar fluxos crescentes de visitantes, abrindo um novo mercado de turismo cultural”, o aproveitamento e valorização deste factor económico de desenvolvimento carecia, ainda, de um instrumento sistematizador e difusor do seu património cultural, permitindo um volume regular de receitas e contribuindo para o real desenvolvimento sustentado das regiões em questão.

Tendo por finalidade aproximar as duas regiões transfronteiriças, o presente projecto cria um Centro Virtual do seu património cultural, no qual estão

disponíveis os inventários de todo o acervo documental relevante para a compreensão das realidades locais e transfronteiriças, bem como inventários/roteiros do património arquitectónico das regiões em causa, tendo em conta as realidades locais passadas e a realidade conjunta do presente.

Esperamos continuar a desenvolver, geográfica e tematicamente, o trabalho aqui iniciado, de forma a melhor se conhecer e divulgar o património cultural do Vale do Douro.

2. Património conjunto

O património monumental da região Bragança/Zamora apresenta-se, antes de mais, como representativo das gentes que habitaram este espaço ao longo dos tempos. Se a realidade nacional destas duas áreas influenciou, sobremaneira, no carácter local e diverso da edificação, o inegável e real afastamento destas duas regiões quanto aos centros de decisão de cada país, possibilitou a existência de aspectos identitários comuns.

Daí a importância do conhecimento da realidade conjunta como forma de revitalizar as identidades particulares, passo indelével para o conhecimento da realidade maior que é a União Europeia. Neste sentido, o Projecto Douro/Duro Virtual reúne as características apropriadas como meio de difusão do património cultural de Bragança/Zamora.

A grande variedade e quantidade de bens conservados, dispersos pelos povoados transfronteiriços, obrigou a reflectir sobre o património monumental e a uma selecção qualificada daqueles monumentos, sítios arqueológicos ou elementos singulares, ora protegidos como bens de interesse publico, ora não classificados, mas com valor patrimonial ainda não vislumbrado pelas entidades competentes. Neste sentido, a selecção dos monumentos a inventariar deteve-se sobre um triplo pressuposto: por um lado, teve em atenção a distribuição geográfica dos monumentos inventariados – a província de Zamora e o distrito de Bragança; por outro lado, teve por base um âmbito cronológico – partindo dos vestígios proto-históricos, passando pelas manifestações mais singulares de arquitectura tradicional até ao século XX; por último, teve como fundamento de inventariação a qualidade artística das obras, ainda que muitas delas nunca

tenham sido alvo de intervenção de consolidação de estruturas ou de protecção local ou nacional. Inventariamos, por isso, 310 monumentos.

Ainda assim, muitos edifícios ficaram por inventariar. De qualidade artística discutível, é certo, mas cuja inventariação é, igualmente, de vital importância para o conhecimento real do património edificado existente nesta região transfronteiriça, mas cujo âmbito este projecto não abarca.

Relativamente ao património documental, a região conjunta apresenta disparidades evidentes quanto ao número de arquivos existentes. Se a província de Zamora conta com 236 arquivos inventariados, o distrito de Bragança apresenta apenas 19, devendo-se ao facto de existirem 248 municípios e uma rede arquivística verdadeiramente estabelecida e consolidada no primeiro caso e um conjunto de arquivos ainda em formação, existindo muitos fundos por inventariar e muitos outros por conhecer, no segundo. Apesar disso, todo o acervo documental de importância para o conhecimento da dupla realidade, apresenta-se aqui inventariado.

2.1 Património arquitectónico

2.1.1. Distrito de Bragança

O distrito de Bragança faz parte de um amplo território que historicamente tem sido designado por Trás-os-Montes. Os cursos dos rios Tua e Rabaçal delimitam a fronteira ocidental daquela divisão administrativa enquanto as falésias do Douro assinalam a sua zona meridional. Já a Norte, as montanhas das serras da Coroa e de Montesinho marcam boa parte da fronteira com Espanha, linha que esbate as diferenças com a Terra de Aliste à medida que ganha corpo a zona do planalto mirandês. Nesta terra, os valores da morfologia e do clima dificilmente se deixam abraçar pela monotonia dos fenómenos de continuidade. Não obstante foi possível desenhar duas circunscrições: a Terra Quente, na zona meridional e ocidental do Distrito, e a Terra Fria, na parte setentrional e oriental, com cumes montanhosos de maior altitude e significativas amplitudes térmicas.

Proto-história

Algumas gravuras existentes no vale do rio Sabor e alguns artefactos encontrados na gruta de Dine e no Buraco da Pala da Moura (serra de Passos – Mirandela) atestam a ocupação humana desde o Paleolítico Superior. De modo progressivo, diversos povoados de pequena dimensão estabeleceram-se em pontos elevados com interesse estratégico e organizaram as defesas com fortes muros defensivos de aparelho irregular. Apesar de insuficientemente estudadas, estas comunidades castrejas relacionavam-se culturalmente e reconheciam a existência de um antepassado comum. Habitando o território entre as serras da Coroa, de Nogueira, em cujas fraldas se situa a povoação de Castro de Avelãs, e o planalto mirandês o povo dos Zoelas desenvolveu um grande protagonismo na região.

Romanização

Com o processo de romanização muitos dos antigos núcleos populacionais foram abandonados para darem lugar a novas fundações mais conformes com as preocupações de fomento agrícola. No novo ordenamento do território ganhou importância a rede viária, sendo que as principais vias de circulação entre *Bracara Augusta* e *Asturica Augusta*, com passagem por Chaves, convergiam para Castro de Avelãs, nas proximidades de Bragança, uma das capitais de *civitates* existentes no *conventus asturum*. Do conjunto de obras edificadas destacamos algumas pontes, construções onde actualmente mal se divisam elementos da construção original.

Época medieval

No século VI, no tempo do bispo Martinho de Dume, a *Divisio Theodomiri* não deixa dúvidas sobre o despovoamento de boa parte do território transmontano cuja endemia se manteve até ao século XIII. A partir desta época os monarcas, secundados pela Igreja e até por particulares, concederam com frequência cartas de foro às comunidades de povoadores com o intuito claro de fixarem a população, de dinamização da economia e consolidação da independência nacional. As Inquirições realizadas por D. Afonso III e por D. Dinis deixam ver os

resultados positivos desta política e também as dificuldades encontradas por uma organização administrativa incipiente.

Destes tempos obscuros são escassos os testemunhos arquitectónicos que resistiram à voragem do tempo, sendo de relevar o edifício da antiga Casa da Câmara de Bragança e Cisterna, situada no espaço intramuros da mesma cidade, um espécimen único da arquitectura civil românica.

Com excepção dos castelos que pontuavam a malha defensiva, raramente o poder central se associou, nesta zona do país, a empreendimentos arquitectónicos prestigiantes. Por outro lado, as comunidades locais, quase sempre de pequena dimensão, condicionadas por uma sofrível rede de comunicações e sofrendo as consequências de uma atávica insuficiência de recursos, no essencial provenientes da agricultura e criação de gado, não podiam ambicionar o lançamento de obras com grande projecção arquitectónica. Neste sentido, as igrejas paroquiais das vilas de Freixo de Espada à Cinta, de Torre de Moncorvo e a catedral de Miranda do Douro fazem parte de um grupo de excepção, onde pode entrar a igreja do antigo mosteiro de S. Francisco, em Mogadouro.

Época moderna

A criação da diocese de Miranda do Douro em meados do século XVI implicou a edificação de uma monumental catedral. Mas tanto os desenvolvimentos volumétricos como a linguagem artística poucas consequências tiveram sobre o panorama arquitectónico. Nas obras de alguns mosteiros e conventos apontaram-se algumas pretensões de erudição. Contudo, as planimetrias rectangulares de uma só nave tiveram grande voga. Já a ondulação dos alçados e a linha curva foi quase sempre afastada do leque de opções arquitectónicas. Contudo, diga-se que a austeridade exterior contrastava vivamente com a espacialidade interior onde, especialmente a partir do século XVII, a refulgência do brilho do ouro correspondia a um grande investimento formal. Era uma forma de se suscitar a atenção e mobilizar a piedade dos fiéis. Era o tempo do Barroco. Em 1768, o bispo D. Frei Aleixo de Miranda Henriques, lançou a primeira pedra e benzeu o terreno para o lançamento da obra da catedral de Bragança. Com planta do arquitecto italiano António Stopanni Romano

significaria um ponto alto da arquitectura barroca transmontana. Infelizmente não passou dos alicerces.

2.1.2. Província de Zamora

Sem dúvida alguma, o património monumental da província de Zamora – como a existente noutros locais – constitui um dos valores identitários mais evidentes desta região e das gentes que desde épocas remotas a habitam. Daí a importância do seu conhecimento quando, de acordo com as tendências actuais da universalização da cultura, se desenvolvem intentos de revitalização das identidades particulares. Neste sentido, o Projecto *Douro/Duero Virtual* reúne as características apropriadas como meio de difusão do património cultural zamorano.

A grande variedade e quantidade de bens conservados nos diferentes povoados, obriga – relativamente ao património monumental – a uma selecção “qualificada” dos monumentos, sítios arqueológicos ou elementos singulares protegidos como “bens de interesse cultural”, a partir da definição proposta pela legislação em vigor sobre Património Cultural. Selecção esta, com uma dupla característica: por um lado, geográfica, incluindo bens patrimoniais espalhados pela província; por outro, cronológica, partindo dos vestígios proto-históricos e finalizando nas manifestações mais singulares de arquitectura tradicional.

Proto-história

As manifestações artísticas relativas à época Calcolítica e Idade do Bronze, são escassas. São representativos os sítios arqueológicos de “El Pedroso” em S. Martín del Pedroso, o “Canchal de Melendo”, a “Covacha del Portillón” em Linarejos ou o “El Castellón” em Santa Eulalia de Tábara, com as suas pinturas e gravados esquemáticos. Registam-se ainda os monumentos funerários megalíticos de Arrabalde e de Granucillo de Vidriales. Paradigmáticos dos primeiros locais de habitação, conhecidos como castros, são os exemplos de “El Pedroso”, de formulação mais antiga, até aos representativos do que se veio a designar na literatura científica por *Foco Zamorano*, através de “As muradellas” em Lubián, “El Castro” em Sejas de Aliste, “La Corona-El Pesadero” em

Manganesos de la Polorosa, ou “Las Labradas” em Arrabalde, com os seus magníficos tesouros celtibéricos.

Romanização

Definidores do processo de romanização destas terras, são, sem dúvida, os conhecidos “Acampamentos de Petavonium” em Rosinos de Vidriales, situado junto à Via XVII que unia *Asturica Augusta* com *Bracara Augusta*, as excepcionais cisternas de “Teso de la Mora” em Molacillos e, como via de comunicação principal, a “Calçada de la Plata”, que discorre pela província de Norte a Sul.

Época medieval

É a partir do período medieval que os monumentos zamoranos atingem uma dimensão relevante no património cultural da província. Juntamente com a singularidade e grandiosidade de San Pedro de la Nave ou da Torre da Igreja de Santa María de Tábara, outras construções religiosas fazem dos edifícios religiosos as manifestações arquitectónicas mais relevantes associadas a este período. Os exemplares da arquitectura românica e da arquitectura mudéjar, com exemplos tão sublimes quanto a Catedral de Zamora, a Colegiata de Toro, a Igreja de Santa María de Santa Marta de Tera, as igrejas de Santa María de Azoague e de San Juan del Mercado de Benavente, o Mosteiro de San Martín de Castañeda e Mosteiro de Moreruela, Igreja de San Salvador de Belver de los Montes, Igreja de Santa María la Antigua de Villanpando, e muitos outros, especialmente concentrados nas cidades de Toro e Zamora, focos de irradiação destes estilos. A estes monumentos correspondem boa parte das expressões defensivas conservadoras, umas vezes associadas a núcleos de povoamento já citados, outras fruto do processo repovoador realizado pelos reinos de Castela Leão, como são exemplo o Despoblado de Castrotorafe de Sam Cebrián de Castro ou El Castillo de Belver de los Montes que, em momentos posteriores foram sofrendo acrescentos, fruto de guerras internas entre estes reinos ou com Portugal, como os castelos de Amesnal, Villalonso, Puebla de Sanabria ou Benavente, culminando com os escassos exemplos de fortificações abaluartadas de Carbajales de Alba e da já citada Puebla de Sanabria.

Época moderna

Outras manifestações de época posterior, vinculadas já a arquitectos reconhecidos como Rodrigo y Gil de Hontañón ou Hernando de Nates, distribuem-se pela geografia zamorana com manifestações tão dignas como as das igrejas de Villamor de los Escuderos, Fuentelapeña, Fuentesauco ou Casaseca de las Chanas, relegando os edifícios civis ao âmbito urbano – especialmente Zamora e Toro – ainda que alguns destes mostrem certa relevância como o Hospital de la Piedad em Benavente ou a Casa Noble em Cañizal. Juntamente com estes, há que ter em conta outros bens, associados aos próprios edifícios, tanto por formar parte das suas estruturas construtivas ou dos seus ornamentos – retábulos, sarcófagos, etc. – que também se incluem nas descrições dos imóveis onde se inserem.

Há ainda que ter em conta os denominados Conjuntos Históricos, que reúnem edifícios monumentais – como Zamora e Toro – com eloquentes exemplos da arquitectura mais actual, manifestações mais tradicionais – como Puebla de Sanabria, ou ainda exemplares de raiz mais etnográfica – como Fermoselle e Villardecervos.

Para o conhecimento e difusão deste amplo elenco monumental, são de vital importância os trabalhos profundos de investigação de personalidades como D. Manuel Gómez Moreno, que permitiu que edifícios como San Pedro de la Nave não morressem inundados pelas águas da barragem de Esla, ou que um relevante número de sítios arqueológicos, estelas funerárias da época romana, fossem reconhecidos como parte integrante do património zamorano, ou ainda que bens móveis, não só não se perdessem, como também passassem a ser referência obrigatória no panorama patrimonial da província de Zamora.

2.2 Património Arquivístico

2.2.1 Distrito de Bragança

O Distrito de Bragança possui um vasto e rico património documental. Integram este património todos os arquivos produzidos por entidades do distrito que se revestem de interesse cultural relevante.

A organização administrativa-territorial que configura o que designamos por Distrito de Bragança estabeleceu-se em 1835: a Lei da Divisão Administrativa do Reino de Abril de 1835 divide os Reinos de Portugal e Algarves e as Ilhas Adjacentes em Distritos Administrativos (acabando com a antiga divisão em Províncias) e estes em Concelhos que, por sua vez, eram constituídos por freguesias. É neste contexto que surge o Distrito de Bragança, constituído por 44 concelhos.

Actualmente o Distrito é constituído por 12 concelhos, configurando estas entidades outros tantos arquivos. Esta divisão administrativa vai estar na base, mais tarde, na criação do Arquivo Distrital de Bragança e dos Arquivos Municipais.

No plano eclesiástico, a diocese de Bragança e Miranda foi criada em 1545, com paróquias até então pertencentes à Arquidiocese de Braga. Em 1770 dá-se a criação da nova diocese, a diocese de Bragança, se bem que com duração efémera (1770-1780). Esta cisão terminou com a reunificação, sem alterações territoriais, mas com a mudança da sede episcopal para Bragança. Com o mesmo território, a diocese de Miranda deu lugar à de Bragança, embora com a designação de Bragança e Miranda.

Em 1882 a diocese de Bragança e Miranda cresceu e ganhou uma nova fronteira. Foi aumentada com a inclusão das paróquias do Vicariato de Moncorvo (concelho de Freixo de Espada à Cinta, Moncorvo, Carrazeda, Vila Flor, parte de Mogadouro, de Macedo e de Mirandela. Desta maneira atingiu o seu actual limite meridional – o rio Douro. Ficou com 334 paróquias.

Com a criação da diocese de Vila Real em 1922, perdeu o Arciprestado de Monforte e do Rio Livre. Desta forma, os seus limites ficaram a coincidir com os do distrito administrativo de Bragança. Actualmente, a diocese de Bragança abrange uma área de 6 595 quilómetros quadrados e cerca de 150 milhares de habitantes. Compreende 324 paróquias que configuram outros tantos arquivos.

As diversas alterações na configuração da Diocese originaram perdas irreparáveis e dispersão documental. No Arquivo Histórico da Diocese de Bragança-Miranda, em Bragança, encontramos parte desta documentação, assim como no Arquivo Distrital de Bragança e, em menor número, nas respectivas paróquias.

Criado em 1916, o Arquivo Distrital de Bragança, conserva um vasto e diversificado conjunto de fundos documentais, com cerca de 2 500 metros lineares de documentação, entre arquivos públicos e privados. As datas extremas vão do

século X ao século XX, embora a maioria da documentação seja posterior ao século XVIII.

Para além dos fundos iniciais destinados para constituírem o acervo documental do arquivo (Livraria da Mitra, Biblioteca da Junta Geral, do Seminário e do Cabido) a documentação do Arquivo Distrital de Bragança foi sucessivamente aumentada com a incorporação da documentação dos serviços da Administração Central Delegada e algumas doações de arquivos privados.

Relativamente aos arquivos privados, a designação reporta-se ao conjunto dos arquivos de família, arquivos pessoais, arquivos de empresas, de associações, comissões, etc. Uma vez que a sua incorporação na rede nacional de arquivos não é obrigatória, mas que se trata de património relevante para a memória colectiva, tem vindo a ser feito um esforço no sentido de proceder ao seu levantamento, tendo em vista a sua protecção, conservação, tratamento, descrição e comunicação.

No que respeita à documentação de proveniência municipal, sendo notórias em muitos acervos arquivístico as lacunas, o património revela-se ainda assaz valioso, constituindo fonte única e de inesgotável interesse para o estudo da história municipal e regional. A documentação estende-se desde o século XIII até inícios do presente século, nela avultando alguns forais, registos produzidos em alguns municípios extintos pelas reformas administrativas de Oitocentos (frequentemente as únicas fontes para o conhecimento destas entidades); relevante documentação dos séculos XVII-XVIII, composta por acórdãos, posturas e actas, registos de almotaçarias, sisas, décimas e outros impostos, tombos, prazos e aforamentos, eleições de jurados, recenseamentos vários, cartas de ofícios, expostos, etc., para além de interessantes séries da Época Contemporânea, quer de origem municipal ou das antigas Administrações do Concelho, quer constituindo por vezes, os últimos testemunhos preservados de julgado de paz, associações, clubes, cooperativas, irmandade, confrarias e muitas outras instituições.

Em relação às misericórdias, a Santa Casa da Misericórdia de Bragança, sendo a de fundação mais antiga, é também a que possui um maior volume documental e a única inventariada. A documentação preservada nas restantes instituições congéneres é bastante reduzida. O património arquivístico das Misericórdias, além da natural relevância para a respectiva história institucional, é

fundamental para o estudo da sociedade, da economia ou da arte das localidades onde foram erectas, o que está patente, nos registos de Irmãos e eleições, livros de contabilidade, tombos, rendas e foros, assentos dos hospitais, confrarias, etc.

Há que destacar o Arquivo Histórico da Diocese de Bragança-Miranda, criado em 1992 e instalado provisoriamente numa dependência do Paço Episcopal. Reúne documentação das diversas instituições eclesiásticas: Mesa Episcopal; Auditório Eclesiástico, Paróquias, Confrarias e Irmandades, Seminário de São José, que se baliza cronologicamente do séc. XVI até meados do séc. XX.

Apesar das lacunas originadas pelas perdas documentais, o património documental do distrito de Bragança revela-se no seu conjunto de extraordinária importância.

Com este projecto, onde se divulga o património documental com a multiplicidade das instituições e a sua dispersão geográficas, ficam agora as fronteiras da memória franqueadas, cabendo ao investigador fazer o caminho.

2.2.2 Província de Zamora

O património documental da província de Zamora, conta com amplo e rico volume, disseminado em numerosas unidades arquivísticas. A organização administrativa-territorial, como hoje a conhecemos, estabeleceu-se em 1833, sobre a demarcação anterior, determinando a existência de um Arquivo Histórico Provincial, outro da *Diputación Provincial* e três grandes arquivos municipais com fundos que superam os locais, uma vez que são cabeça de amplos territórios: Zamora, Toro e Benavente. A configuração de 248 municípios determina a existência de outros tantos arquivos, não contabilizando muitas outras entidades menores, as quais não inventariamos.

No plano eclesiástico, desde a baixa Idade Média, o actual território provincial pertence a cinco dioceses: Zamora, Astorga, Santiago de Compostela, Leão e Oviedo, distribuição que se foi simplificando desde finais do século XIX, de tal maneira que em meados do século passado, a província passou a ser repartida entre as actuais dioceses de Zamora e Astorga. Este processo determinou a deposição de boa parte da documentação em diversos arquivos catedralícios e históricos diocesanos, fora da província de Zamora. Por outro lado, as

desamortizações do século XIX, que afectaram o património eclesiástico, determinaram o depósito de importantes fundos documentais do clero secular, regular e das ordens militares, no Arquivo Histórico Nacional, tendo lá permanecido até à actualidade.

Há que ter em conta, também, os arquivos próprios da Administração Central do Estado e da mais recente Administração *Autonómica*, bem como dos fundos Judiciais, da Fé Pública, Militares, Penitenciários, Hospitalários, Educativos e Científicos, da Administração Corporativa, de Empresas, de Mutualidades e Privados. No total, mais de 1 250 unidades arquivísticas.

O volume de documentação deste amplo número de arquivos é, logicamente, muito variável, desde os muitos escassos fundos paroquiais, até aos imensos fundos do Arquivo Histórico Provincial de Zamora – mais de 12 500 metros lineares. O âmbito cronológico da documentação compilada e inventariada vai desde o ano de 920 até à actualidade.

Do amplo conjunto de centros arquivísticos da província de Zamora, há que destacar a importância de quatro deles, que podem ser considerados como Arquivos de Arquivos: o Arquivo da Diputación Provincial de Zamora, o Arquivo Histórico da empresa Iberdrola e, muito em especial, o Arquivo Diocesano de Zamora e o Arquivo Histórico Provincial.

O Arquivo da Diputación Provincial conta com um valioso fundo institucional que acumula documentação desde 1745. Custodia também documentação que remonta ao século XIV e acolhe outros fundos procedentes de instituições assistenciais, que para lá foram transferidas em 1868, bem como uma série de arquivos adquiridos ou doados nos últimos anos.

O Arquivo Histórico Diocesano de Zamora conta com documentação com um âmbito cronológico que vai de 1449 – 1129 considerando os documentos dos cartulários – até à actualidade. Recolhe abundante e valiosa documentação da diocese de Zamora e da quase totalidade dos arquivos paroquiais da sua circunscrição.

O arquivo mais importante de Zamora, quantitativa e qualitativamente, é o Histórico Provincial, com documentação desde o ano 920. Conta, na actualidade, com um total de 492 fundos: arquivos públicos (343), privados (133) e colecções (16). É um arquivo com notável expansão nos últimos anos.

Devemos ainda ressaltar o Arquivo da Catedral de Zamora, pela importância da sua documentação medieval e da época moderna, com documentação essencial, não só para o conhecimento da história das terras da actual Castela e Leão, mas também para a de Portugal, ao conservar numerosos documentos do rei Afonso Henriques e de Sancho II de Portugal.

Não devemos ignorar os arquivos municipais de Zamora, com documentação de 1137 à actualidade, e de Benavente, com documentação de 1167 à actualidade, destacando os livros de acordos municipais desde 1393, as contas de bens próprios desde 1450 e os repartimentos desde 1489. De destacar, também, o Arquivo Municipal de Fuentesauco, que conserva documentação da Administração do concelho e Câmara – *Concejo/Ayuntamiento* – desde 1496 e os Livros de Actas desde 1637. Merece ainda menção, o Arquivo Municipal de Alcañices, vila onde se assinou o Tratado que fixou, em 1297, os limites fronteiriços entre Espanha e Portugal.

O Arquivo Histórico Iberdrola “Salto de Ricobayo”, foi constituído no ano 2000 em *Muelas del Pan*. Conserva documentação da empresa hidroeléctrica Iberdrola S.A., assim como a das suas filiais, incorporadas por fusão ou absorção. É, portanto, um arquivo de empresa essencial para o conhecimento da indústria hidroeléctrica no norte de Espanha e do aproveitamento hidroeléctrico do Douro.

A valorização qualitativa do património documental da província de Zamora é, na globalidade, muito positiva, pela extraordinária importância de alguns documentos, das escassas lacunas documentais no universo dos arquivos existentes, da razoável conservação da documentação dos arquivos mais significativos e da consistência das séries documentais presentes da generalidade dos arquivos existentes.

Notas finais

O portal sobre o património monumental e documental de Bragança e Zamora é fundamental para difundir os valores patrimoniais de ambos os territórios, observados numa perspectiva conjunta, destinando-se a dar conhecimento do mesmo e contribuir para a sua preservação no futuro.

Este projecto, pioneiro a nível de Portugal e Espanha, apresenta-se como vital, tanto para o conhecimento da região transfronteiriça, como também para a difusão, além fronteiras, de um património, como vimos, muitas vezes díspar, pela sua monumentalidade, – quando comparadas as regiões de ambos os países – mas com um carácter próprio e identitário comum, quando analisado de forma global. Referimo-nos a uma região conjunta que, longe dos centros de decisão, criou uma relação estreita de cumplicidade que nenhum valor nacional poderia desfazer – o elo da aliança familiar e da entreaajuda em tempos de crise. Construíram-se fortificações para se protegerem um do outro, porém os dois espaços nacionais nunca se haviam apercebido que as lutas entre nações mais não eram do que lutas entre as duas cortes. As populações, essas, sempre mantiveram o elo de entreaajuda e de interacção cultural a que a proximidade espacial obrigava e que as divergências nacionais nunca apagaram.